

APRESENTAÇÃO

É uma grande honra apresentar a 17ª edição da Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco, consolidando uma trajetória de anos de contribuições relevantes ao debate jurídico nacional.

Dos diversos trabalhos submetidos, foram selecionados 20 artigos que se destacam não apenas pela excelência acadêmica, mas também pela diversidade temática e pela pluralidade de seus autores. Magistrados, advogados, servidores e pesquisadores de diversas regiões do país contribuíram com reflexões que perpassam o direito material e processual, abrangendo áreas como direito civil, penal, tributário, constitucional e previdenciário.

Entre os trabalhos selecionados, colhem-se reflexões a respeito da reforma tributária promovida pela Emenda Constitucional n.º 132/2023 e sobre a possibilidade de tributação sobre os créditos presumidos de ICMS por IRPJ e CSLL, temas de enorme repercussão econômica.

Os processos estruturais e seus desafios são examinados à luz do julgamento da Reclamação n.º 68.709 pelo Supremo Tribunal Federal, que tratou do fornecimento do medicamento Elevidys, evidenciando a complexidade da jurisdição em litígios de dimensão coletiva. A judicialização da saúde recebe tratamento filosófico-jurídico no artigo sobre escolhas trágicas e justiça distributiva, enquanto o retrocesso constitucional e as violações ao acesso à justiça na tutela dos vulneráveis são objeto de análise crítica fundamentada.

O direito penal está representado por trabalhos que envolvem a inaplicabilidade da teoria do domínio do fato nos crimes tributários empresariais, a (in)suficiência do acordo de não persecução penal nos crimes de pornografia infantil e a exigência de motivação justificada nas sentenças penais condenatórias.

O exercício concreto da argumentação jurídica é abordado na análise retórica das sustentações orais apresentadas no julgamento, pelo Superior Tribunal de Justiça, do uso da *cannabis* medicinal.

Merece especial destaque, contudo, a presença de artigos voltados à gestão judiciária, como o trabalho sobre o uso de *tags* marcadoras de conteúdo em documentos jurídicos – que propõe soluções práticas e inovadoras para desafios cotidianos da

atividade jurisdicional – e as provocações sobre os desafios da comunicação institucional do Poder Judiciário na atual sociedade em rede.

A publicação dessa espécie de artigos demonstra o desejo da Revista em transcender o debate puramente teórico e causar impactos práticos positivos no sistema de justiça, contribuindo efetivamente para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

Convidamos os leitores a mergulharem nesta edição, aproveitando a riqueza e a profundidade das reflexões aqui reunidas. Que os artigos selecionados possam instigar o pensamento crítico, promover o debate qualificado e contribuir para o avanço do conhecimento jurídico e para o aperfeiçoamento das práticas judiciárias em nosso País.

É importante, por fim, expressar profunda gratidão à Direção do Foro, pelo apoio contínuo e incondicional, aos membros do próprio Conselho Editorial, pela dedicação ao longo do processo de seleção e revisão, e aos servidores, pela colaboração de forma essencial para a concretização desta edição.

Bernardo Monteiro Ferraz
Juiz Federal